**ESCOLAS RURAIS E OS DESAFIOS PARA ACESSAR OS RECURSOS DO PDDE: AÇÕES EXTENSIONISTAS NAS ESCOLAS MANOEL DE SOUSA LIMA E NOVO AEROPORTO**

**Gerciane Oliveira de Souza[[1]](#footnote-1)**

**Vitória dos Santos Cirqueira[[2]](#footnote-2)**

**Eugênia Alves Vieira[[3]](#footnote-3)**

**Cleomar Locatelli[[4]](#footnote-4)**

1. **Resumo.**

O presente texto relata a uma das ações desenvolvidas no projeto de extensão “Autonomia e gestão colegiada da escola pública: superando os desafios para o acesso à utilização dos recursos”. A ação extensionista está ligada ao curso de Pedagogia, Universidade Federal do Norte do Tocantins, (UFNT), Centro de Educação Humanidade e Saúde (CEHS) de Tocantinópolis- TO. O trabalho realizado em duas escolas rurais do Municípios de Tocantinópolis, consistiu em conhecer a realidade local, realizar atividades formativas, mobilizar a comunidade escolar e orientar para que fossem dados os primeiros passos rumo à habilitação junto ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Como resultados tem-se o comprometimento da direção escolar e demais integrantes da escola com a realização do processo, bem como o aprendizado para os sujeitos envolvidos, sobre as políticas públicas, sobre a autonomia escolar e sobre a gestão democrática.

**Palavras-chave:** Gestão, PDDE, autonomia, Escolas Rurais.

1. **Introdução.**

As políticas públicas são importantes ações desenvolvidas pelo governo visando a garantia dos direitos previstos na Constituição à população. Na área da educação, temos algumas políticas públicas que tem por intuito a oferta de um ensino de qualidade, um exemplo dessas políticas públicas é o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que é de natureza contábil e se apresenta como um importante instrumento de descentralização do poder administrativo, dando às escolas autonomia para a gestão dos recursos e contribuindo para a efetivação da gestão democrática nas instituições de ensino.

Neste relato iremos abordar sobre os desafios para obter acesso aos recursos do PDDE, sobretudo para as escolas da zona rural. Inicialmente apresentaremos algumas revisões bibliográficas sobre a importância da gestão democrática nas escolas rurais, destacando pontos que consideramos importantes para desempenhar um papel de autonomia e assim estabelecendo vínculos com a comunidade e membros da instituição escolar. Abordaremos também sobre propostas e perspectivas do projeto de extensão para garantir que as escolas da zona rural se conscientizem da importância de serem contempladas com os recursos federais, entre eles o PDDE, evidenciando a importância das políticas públicas para o desenvolvimento educacional. Diante disso, iremos descrever de forma sucinta as atividades realizadas até o momento nas Escolas Municipais Manoel de Sousa Lima e Novo Aeroporto.

O trabalho tem como objetivo compartilhar as experiências de extensionistas no projeto de extensão “Autonomia e gestão colegiada da escola pública: superando os desafios para o acesso à utilização dos recursos”, com os conhecimentos adquiridos no decorrer dos oito meses de atuação.

1. **A gestão democrática das escolas rurais - desafio da gestão**

A gestão democrática na educação brasileira aparece como um dos princípios fundamentais na Constituição Federal (CF) de 1988; na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96); e como uma das metas do Plano Nacional da Educação (PNE/2014-2024).

De maneira sucinta, podemos destacar que a gestão democrática como um princípio da educação, busca-se a descentralização do poder e o acesso das classes populares a administração da escola pública, podendo definir e interferir nos currículos e organização da estrutura escolar moldando-a de acordo com suas necessidades educativas, sociais, culturais e econômicas. Para além disso, se faz relevante para a construção de uma escola voltada para o desenvolvimento da consciência crítica do indivíduo na compreensão da sua realidade e a realidade do mundo que o cerca.

No contexto brasileiro, considerando que a escola em sua totalidade sempre foi pensada pelas classes dominantes que a moldava de acordo com seus interesses, o princípio da gestão democrática surgiu como um ponto de possibilidade para que a classe popular pudesse ter voz e vez na participação e construção de uma escola mais comprometida com o desenvolvimento crítico e social, para além da formação para o trabalho que caracteriza o projeto educacional da classe dominante para os trabalhadores (SAVIANI 1994).

Porém, devemos considerar que, apesar da gestão democrática ser um princípio assegurado pela Constituição e pelas diretrizes nacionais da educação, na maioria dos casos só ficou no plano utópico, apresentando-se como um grande desafio a sua efetivação na prática, tendo em vista que esta pressupõe a criação de uma escola transformadora. Para a superação desse desafio, segundo Vitor Paro (2017), seria necessário a transformação da escola que temos, passando necessariamente por sua apropriação por parte das camadas trabalhadoras, neste sentido, pressupondo a transformação do sistema de autoridade e a distribuição do próprio trabalho no interior da escola.

Nesse ínterim, de acordo com Santos e Gandolfi (2022) o PDDE enquanto uma política pública de descentralização da gestão de recursos na escola, se caracteriza como um fomentador da gestão democrática e autonomia das instituições de ensino. Tendo em vista que para a sua execução, deve ser constituída uma Unidade Executora (UEx) e desta devem fazer parte os pais, corpo docente, servidores da escola e membros da comunidade. A partir dessa UEx são elencados e deliberados de forma coletiva, por meio de assembleia lavrada em ata, os materiais que serão adquiridos na escola com base nas necessidades desta.

Tendo a destinação dos recursos como um dos pontos de efetivação da gestão democrática nas escolas públicas, devemos considerar também as particularidades de cada contexto em que essa escola está inserida, e como essa gestão se apresenta e se organiza nesses contextos. No Brasil, temos a realidade das escolas urbanas e rurais, cada uma possui sua organização e necessidades educacionais, assim também como as particularidades dos sujeitos que as compõem.

Em se tratando das escolas rurais, podemos perceber nas nossas observações no trabalho desenvolvido com as instituições dentro do projeto de extensão, alguns aspectos mais evidentes:

1. em grande medida trata-se de escolas de pequeno porte, com número de estudantes e de servidores reduzidos, o que dificulta a organização interna por falta de pessoas que assumam as funções;
2. há também uma certa insegurança devido à instabilidade de gestores e docentes, que podem ser removidos no decorrer do período de vigência da UEx (2 anos) por não serem efetivos ou por outros motivos;
3. há ainda receios com relação à documentação e a prestação de contas do PDDE, visto que demanda um conjunto de formalidades nem sempre de fácil domínio para os sujeitos envolvidos, principalmente se estes lidam com algum nível de escassez de informação, algo que encaramos como um desafio a ser enfrentado.

Ressaltamos que, nas duas escolas da zona rural em que atuamos, embora em graus e circunstâncias diferentes, os três desafios estavam presentes. Embora sendo necessário ressaltar que a gestão democrática nas escolas rurais se mostra como uma possibilidade efetiva, tendo em vista, sobretudo, a disponibilidade e interesse de participação das famílias e da comunidade em geral nos assuntos escolares.

1. **A contextualização do projeto de extensão e o conjunto de atividades realizadas nas Escolas**

O projeto de extensão tem como objetivo o fortalecimento da autonomia da escola e das práticas de gestão democráticas das escolas públicas, com apoio e assessoria às instituições na gestão financeira do recurso do PDDE. Em suas intencionalidades também consta o fomento à integração dos licenciandos do curso de Pedagogia nas práticas de gestão da escola, justificando-se por ser uma área de atuação direta do pedagogo. Vale ressaltar que o projeto de extensão tem parceria direta com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC) de Tocantinópolis, com a Coordenadora Pedagógica Allyne Duarte, sendo essa, um dos membros que compõem o grupo de extensão.

Nesse ínterim, para que os licenciandos tivessem propriedade no momento de ministrar oficinas e ajudar com a documentação necessária para construir a UEx, foram destinadas as primeiras reuniões para discussões teóricas sobre o PDDE, seus objetivos e funcionalidades. Por conseguinte, partimos para a seleção das escolas que receberiam atenção nessa primeira etapa, ficando definidas a Escola Municipal Manoel de Sousa Lima e Escola Municipal Novo Aeroporto.

As duas escolas selecionadas, considerando a indicação da coordenação pedagógica da SEMEC, apresentavam grande necessidade de adquirir os recursos do PDDE e, ao mesmo tempo, alguns desafios, como o caso da Escola Novo Aeroporto que a atual diretora estava vinculada a outra UEx, da instituição que trabalhava anteriormente.

Tendo como ponto de partida, os encontros de formação sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), sua organização e a documentação necessária para a abertura da unidade executora, nos direcionamos às atividades nas instituições escolares. As oficinas foram ministradas por extensionistas, discentes do curso de Pedagogia participantes do projeto, com orientação e acompanhamento pelo coordenador do projeto e pela coordenadora da SEMEC.

Nessa primeira atividade, fora feito um apanhado geral sobre o PDDE, apresentando sua origem, os valores que dispõe para as instituições e a questão da prestação de contas que, de acordo com nossas experiências no projeto e escolas, tem se mostrado um ponto de impedimento e insegurança para a abertura da UEx. Com a oficina buscamos tirar dúvidas e superar esse receio da comunidade escolar, mostrando os pontos positivos do recebimento desse recurso, da importância da criação da UEx e a praticidade que pode ser construída para as prestações de contas. Realizada essa sensibilização partimos para as orientações sobre a abertura das UEx, primeiramente, assessoramos a Escola Municipal Manoel de Sousa Lima.

Tratava-se agora de agilizar a documentação necessária. Assim, buscamos selecionar e ordenar os documentos e marcar outra reunião para a explicação do processo de abertura que envolve: convocação de uma assembleia geral, a escrita da ata, aprovação do estatuto e eleição da diretoria. Tais encaminhamentos foram passados para a escola, que ficou com a autonomia de marcar uma data para a realização desse processo. Contudo, por alguns imprevistos, a escola ainda não conseguiu realizar a assembleia geral para constituição da Unidade Executora (UEx), o que nos encaminha ao novo desafio no próximo planejamento de atividades: buscar compreender qual a atual situação da escola e quais estratégias de assistência podemos desenvolver para que a escola constitua sua UEx.

Na Escola Municipal Novo Aeroporto realizamos o mesmo processo de sensibilização com a oficina sobre o PDDE. Nessa instituição nos deparamos com outro desafio com relação à gestão: a atual diretora da escola estava vinculada a outra UEx como presidente. Depois de um longo trâmite pela Secretaria Municipal de Educação, a diretora conseguiu se desvincular, então partimos para o próximo passo: agilização da documentação necessária e reunião para explicação do processo de constituição da UEx.

Um ponto de facilidade com relação à Escola Novo Aeroporto se mostrou na parte da gestão, pois a atual diretora já tem um histórico na presidência da UEx em outras instituições. Ademais, mostrou bastante entusiasmo para reabrir a UEx da escola, se prontificando para organizar a assembleia geral e mobilizar toda a comunidade. Um fator bastante relevante, ressaltado pela diretora, é que toda a comunidade do povoado se integra às ações desenvolvidas pela escola. Desse modo, assegurou que a participação da comunidade seria um ponto de destaque na constituição e funcionamento da UEx.

Atualmente o projeto de extensão está acompanhando as duas escolas, com atenção para as suas dúvidas e necessidades. Busca-se oferecer um pronto assessoramento e, ao mesmo tempo, preservar a autonomia da instituição escolar.

1. **Desafios da execução do PDDE nas escolas rurais**

Nesses oito meses de trabalho desenvolvido no projeto, conseguimos identificar alguns pontos de desafios que são os maiores produtores de receio na comunidade escolar sobre a abertura da UEx e administração do recurso, sobretudo nas escolas da zona rural. São eles: i. receio da *dificuldade na prestação de contas -* este surge da incerteza de qual modalidade (custeio ou capital) se encaixa o item adquirido no momento da anexação das notas fiscais. ii. *as demandas das documentações para abertura da UEx -* neste caso os professores consideram complexo o preenchimento dessas documentações, por exigir muitas informações. iii. *pouco conhecimento tecnológico -* sobre o site do PDDEWeb e da plataforma de prestação de contas, por isso acabam deduzindo que não conseguirão efetuar a prestação de contas de forma correta e consequentemente ficar com pendências no CPF. iv. *grande responsabilidade sobre a direção da escola* - mesmo com a UEx sendo composta por professores, pais e comunidade, grande parte da responsabilidade recai sobre a diretora(o) da instituição, portanto, sentem-se com muitas demandas e receiam não conseguir cumpri-las.

Outra questão que nos chamou muita atenção foi o fato de muitos professores que estão na instituição desconhecerem o programa, seus objetivos e funcionalidades. O que nos leva à questão das formações continuadas para esses profissionais e outras formas de diálogo e informações no interior das escolas. Levando isso em consideração, se torna um questionamento que podemos encaminhar como ponto de estudo da próxima etapa do projeto de extensão.

1. **Considerações Finais**

Consideramos que esse projeto de extensão nos proporcionou uma experiência de inserção em uma das partes do trabalho da gestão e de políticas públicas educacionais que, para além do aprendizado, nos insere em um contexto de reflexões e análises do trabalho docente: o entendimento que o trabalho dentro do ambiente escolar deve ser coletivo e colaborativo, para assim construir uma cultura de corresponsabilidade dentro do ambiente educacional.

Por fim, nessa experiência conseguimos perceber que a autonomia da escola pública ultrapassa a utilização dos recursos, compreendendo a construção de um espaço onde os profissionais que atuam dentro da escola e a comunidade constroem um caminho de escuta, valorização e conscientização da importância da escola pública e do trabalho docente. Ademais, encontramos desafios que a escola ainda enfrenta, como uma formação continuada significativa aos profissionais da educação, que incentiva o diálogo, a troca de saberes e a reflexão crítica sobre a autonomia colegiada, por esta ser a propulsora da transformação da escola pública.

1. **Referências Bibliográficas**

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 26 jun. 2014.

GONÇALVES, Luciane Ribeiro Dias; SILVA, Maria Vieira; GONZAGA, Yone Maria (Organizadoras). **Políticas de descentralização financeira na educação brasileira**: o Programa Dinheiro Direto na Escola em foco. Curitiba: CRV, 2022. 228 p.

SANTOS,Sônia Maria dos; GANDOLFI, Peterson Elizandro. **PDDE e a gestão democrática**. (autores) Curitiba: CRV, 2022. p. 51.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. Cortez Editora, 2017.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETI, C. ET alii. **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes,1994.

1. Discente do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT, do Centro de Educação, Humanidades e Saúde - CEHS de Tocantinópolis/TO. [gerciane.souza@ufnt.edu.br](mailto:gerciane.oliveira@ufnt.edu.br) [↑](#footnote-ref-1)
2. Discente do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT, do Centro de Educação, Humanidades e Saúde - CEHS de Tocantinópolis/TO. [vitoria.cirqueira@ufnt.edu.br](mailto:vitoria.cirqueira@ufnt.edu.br) [↑](#footnote-ref-2)
3. Discente do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT, do Centro de Educação, Humanidades e Saúde - CEHS de Tocantinópolis/TO. [eugenia.vieira@mail.uft.edu.br](mailto:eugenia.vieira@mail.uft.edu.br) [↑](#footnote-ref-3)
4. Docente do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT, do Centro de Educação, Humanidades e Saúde - CEHS de Tocantinópolis/TO. [cleomar.locatelli@ufnt.edu.br](mailto:cleomar.locatelli@ufnt.edu.br) [↑](#footnote-ref-4)